

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024  
(PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

**CONTRATO**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024, QUE FAZEM ENTRE SI O **SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SEMAE**, POR INTERMÉDIO DO SEU PRESIDENTE, ARTUR COSTA SANTOS, E A EMPRESA **NUTRICESTA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**, POR INTERMÉDIO DE SUA REPRESENTANTE, MARIA LUCIA GUARNIERI.

O Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE, com sede na Rua Quinze de Novembro, 2200 – Bairro Alto, Cep: 13417-100, na cidade de Piracicaba - Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob o nº 50.853.555/0001-54, neste ato representado pelo seu Presidente Artur Costa Santos, nomeado pela portaria nº 21.324, de 03 de janeiro de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 25829, inscrito no CPF/MF sob nº 686.215.668-34 e portador da cédula de identidade nº W6191332, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **NUTRICESTA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.794.939/0001-60 e Inscrição Estadual sob nº 535.141.120.118, Rua Maceió, nº 190, Glebas Califórnia, na cidade de Piracicaba, estado de São Paulo, CEP 13.403-160, Telefone (19) 3427-1444, doravante designado CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Maria Lucia Guarnieri, brasileira, separada, auxiliar administrativo, residente e domiciliada na Rua 05, nº 112, Jardim Araucária, na cidade de Rio Claro/SP, portadora do RG sob nº 8.291.380-8 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 266.822.388-19, conforme procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 525423/2023 e em observância às disposições da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, as Instruções Normativas sobre a matéria e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 091/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é o fornecimento de **Cestas Básicas de Alimentos, Limpeza e Higiene Pessoal aos servidores ativos, inativos e**

## **TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024 (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

**aposentados do SEMAE, durante o exercício de 2024**, nas condições estabelecidas nesse documento e seus Anexos.

**1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

**1.2.1.** O Termo de Referência;

**1.2.2.** O Edital da Licitação;

**1.2.3.** A Proposta do contratado;

**1.2.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### **2. CLÁUSULA SEGUNDA –VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, durante o exercício de 2024, a partir de janeiro de 2024, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável, nos termos da legislação vigente.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE FORNECIMENTO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**3.1.** O objeto deverá atender rigorosamente às características descritas no Termo de Referência e ser fornecido conforme estabelecido neste contrato.

**3.1.1.** Os produtos deverão ser embalados em 03 (três) sacolas plásticas ou caixas, 02 (duas) sacolas para produtos alimentícios e 01 (uma) sacola para produtos de limpeza e higiene pessoal.

**3.2.** O SEMAE fornecerá as informações sobre quantidades de cestas a serem entregues mensalmente.

**3.3.** A empresa contratada deverá manter 01 (um) posto de distribuição de cestas básicas, preferencialmente, na área central de Piracicaba, com condições de armazenamento e de fácil acesso.

**3.4.** O posto de distribuição das cestas deverá ser em imóvel, não podendo ser em caminhões, contêineres ou outro tipo qualquer, estacionado em vias públicas ou terrenos particulares, em conformidade com a legislação vigente.

**3.5.** As cestas básicas devem estar prontas e depositadas no local de distribuição indicado pela contratada, impreterivelmente, dois dias antes do prazo de entrega de cada mês.

## **TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024 (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

**3.6.** A distribuição das cestas básicas deverá ocorrer, obrigatoriamente, a partir do décimo quinto dia de cada mês, por um período de 15 (quinze) dias, inclusive aos sábados, exceto em feriados e ponto facultativos no Município de Piracicaba, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa contratada a entrega aos servidores ativos e inativos do SEMAE.

**3.7.** Na ocorrência de feriados nacionais, estaduais e municipais o período será prorrogado a fim de compensar o(s) dia(s) parado(s), conforme orientação do SEMAE, da equipe de gestão e fiscalização do contrato.

**3.8.** O horário mínimo de distribuição das cestas básicas será de segunda a sexta-feira, das 08h às 18h e aos sábados, das 08h às 12h.

**3.9.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**3.10.** Não serão aceitos produtos com prazo de validade vencido; com embalagem amassada ou danificada.

**3.11.** O prazo de validade de todos os produtos na data de entrega das cestas não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

**3.12.** Os produtos devem ser entregues em caixas de papelão ou sacolas plásticas transparentes.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

**3.13.** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

**3.14.** O modelo de gestão contratual encontra-se definido no Termo de Referência, anexo a este contrato.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024  
(PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

**5. CLÁUSULA QUINTA – VALOR**

**5.1.** O valor total estimado do presente contrato é de R\$ 3.445.200,00 (três milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil e duzentos reais);

**5.2.** O valor unitário da Cesta Básica é de R\$ 319,00 (trezentos e dezenove reais).

**5.3.** Os valores unitários, marcas e quantitativos dos produtos são os constantes na tabela abaixo:

LOTE 01 – AMPLA PARTICIPAÇÃO						
ITEM	QTD.	UNID.	DESCRIÇÃO	\$ UNITÁRIO	\$ TOTAL	MARCA
1	16.200	Pct	Arroz	32,45	525.690,00	Grão Nobre
2	24.300	Pct	Feijão	10,36	251.748,00	Broto Legal
3	24.300	Pct	Açúcar Refinado	5,05	122.715,00	Caravelas
4	16.200	Pct	Pó-de-Café	17,76	287.712,00	Morro Grande T. Aroma
5	8.100	Pct	Sal	3,40	27.540,00	Cisne
6	16.200	Pct	Macarrão	3,75	60.750,00	Renata
7	8.100	Pct	Farinha de Milho	4,20	34.020,00	Hikari
8	8.100	Pct	Fubá	2,65	21.465,00	Hikari
9	16.200	Pct	Biscoito Doce	2,95	47.790,00	Triunfo
10	8.100	Pct	Biscoito Salgado	2,95	23.895,00	Triunfo
11	16.200	Lt	Extrato de Tomate	6,60	106.920,00	Elefante
12	8.100	Lt	Sardinha	4,25	34.425,00	Pescador
13	8.100	Lt	Atum Sólido	9,25	74.925,00	Pescador
14	8.100	Lt	Seleta de Legumes	5,00	40.500,00	Quero
15	8.100	Pct	Farinha de Trigo	3,15	25.515,00	Globo
16	32.400	Gar	Óleo de Soja	7,90	255.960,00	Soya
17	8.100	Pt	Achocolatado em Pó	9,20	74.520,00	Nescau
18	8.100	Lt	Leite em Pó Instantâneo	14,50	117.450,00	Italac
19	8.100	Lt	Leite Condensado	7,05	57.105,00	Mococa
20	16.200	Pç	Detergente Líquido	2,05	33.210,00	Minuano
21	16.200	Pct	Papel Higiênico	8,00	129.600,00	Duetto
22	16.200	Pç	Sabonete em Barra	2,31	37.422,00	Lux
23	8.100	Cx	Sabão em Pó	9,60	77.760,00	Tixam
24	8.100	Pct	Lã de Aço	1,75	14.175,00	Assolan
25	16.200	Tb	Creme Dental	2,47	40.014,00	Oral B

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024  
(PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

LOTE 01 – AMPLA PARTICIPAÇÃO						
ITEM	QTD.	UNID.	DESCRIÇÃO	\$ UNITÁRIO	\$ TOTAL	MARCA
26	24.300	Pç	Sacola Plástica Transparente	1,18	28.674,00	Rioplactic
27	8.100	Lt	Milho Verde	4,00	32.400,00	Quero
VALOR TOTAL DO LOTE 1					R\$ 2.583.900,00	

LOTE 2 – COTA RESERVADA PARA ME/EPP						
ITEM	QTD.	UNID.	DESCRIÇÃO	\$ UNITÁRIO	\$ TOTAL	MARCA
01	5.400	Pct	Arroz	32,45	175.230,00	Grão Nobre
02	8.100	Pct	Feijão	10,36	83.916,00	Broto Legal
03	8.100	Pct	Açúcar Refinado	5,05	40.905,00	Caravelas
04	5.400	Pct	Pó-de-Café	17,76	95.904,00	Morro Grande T. Aroma
05	2.700	Pct	Sal	3,40	9.180,00	Cisne
06	5.400	Pct	Macarrão	3,75	20.250,00	Renata
07	2.700	Pct	Farinha de Milho	4,20	11.340,00	Hikari
08	2.700	Pct	Fubá	2,65	7.155,00	Hikari
09	5.400	Pct	Biscoito Doce	2,95	15.930,00	Triunfo
10	2.700	Pct	Biscoito Salgado	2,95	7.965,00	Triunfo
11	5.400	Lt	Extrato de Tomate	6,60	35.640,00	Elefante
12	2.700	Lt	Sardinha	4,25	11.475,00	Pescador
13	2.700	Lt	Atum Sólido	9,25	24.975,00	Pescador
14	2.700	Lt	Seleta de Legumes	5,00	13.500,00	Quero
15	2.700	Pct	Farinha de Trigo	3,15	8.505,00	Globo
16	10.800	Gar	Óleo de Soja	7,90	85.320,00	Soya
17	2.700	Pt	Achocolatado em Pó	9,20	24.840,00	Nescau
18	2.700	Lt	Leite em Pó Instantâneo	14,50	39.150,00	Italac
19	2.700	Lt	Leite Condensado	7,05	19.035,00	Mococa
20	5.400	Pç	Detergente Líquido	2,05	11.070,00	Minuano
21	5.400	Pct	Papel Higiênico	8,00	43.200,00	Duetto
22	5.400	Pç	Sabonete em Barra	2,31	12.474,00	Lux
23	2.700	Cx	Sabão em Pó	9,60	25.920,00	Tixam
24	2.700	Pct	Lã de Aço	1,75	4.725,00	Assolan
25	5.400	Tb	Creme Dental	2,47	13.338,00	Oral B
26	8.100	Pç	Sacola Plástica Transparente	1,18	9.558,00	Rioplactic
27	2.700	Lt	Milho Verde	4,00	10.800,00	Quero
VALOR TOTAL DO LOTE 2					R\$ 861.300,00	

## **TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024 (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

**5.4.** Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5.5.** O valor total do contrato mencionado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **6. CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**6.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento desta Autarquia.

**6.2.** Os recursos orçamentários relativos ao objeto da presente licitação serão atendidos pela Natureza da Despesa 33903007 e Programa de Trabalho 17.122.0006.2427.0000 do exercício de 2024.

**6.3.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**6.4.** As despesas do presente contrato serão garantidas através do Empenho n.º 256/2024.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – RECEBIMENTO DO OBJETO**

**7.1.** O objeto da licitação deverá ser recebido:

**7.1.1. provisoriamente**, em até 05 (cinco) dias, a contar da efetiva entrega mensal, após constatação pelo fiscal do contrato, de que foram cumpridas as obrigações decorrentes da contratação com relação ao mês de execução do contrato, caracterizado pela assinatura do termo de recebimento; e

**7.1.2. definitivamente**, em até 20 (vinte) dias do último recebimento provisório, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após a verificação de que a qualidade e conformidade do objeto estão perfeitamente de acordo com as

## **TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024 (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que fizerem parte do ajuste.

**7.2.** Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.3.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**7.4.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143, da Lei nº. 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.5.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**7.6.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**7.6.1.** A fiscalização não efetuará o ateste até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – FATURAMENTO E PAGAMENTO**

**8.1.** O faturamento deverá ser feito em até 2 (dois) dias úteis após o dia 15 (quinze) de cada mês, através de **DOCUMENTO FISCAL ELETRÔNICO** da empresa que participou da licitação, ou seja, deve constar o mesmo CNPJ dos documentos apresentados para habilitação e deverá conter:

**8.1.1.** A modalidade e o número da licitação;

**8.1.2.** O número do Contrato;

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024  
(PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

**8.1.3.** O Banco, número da agência e da conta corrente da CONTRATADA.

**8.2.** O pagamento das notas fiscais será efetuado até o último dia útil de cada mês, por crédito em conta corrente em nome da CONTRATADA.

**8.3.** A CONTRATADA deverá fornecer carta de crédito no valor das cestas não retiradas no mês, para abatimento da nota fiscal do mês subsequente.

**8.4.** As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu pagamento ocorrerá em 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

**8.5.** O respectivo pagamento somente será efetuado após o efetivo cumprimento das obrigações assumidas decorrentes da contratação e após o fiel cumprimento ao artigo 92, inciso XVI da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**8.6.** Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que essas forem cumpridas.

**8.7.** Ocorrendo atraso no pagamento, por culpa do SEMAE, o valor devido será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que vier a substituí-lo.

**8.7.1.** Calcular-se-á a atualização “pro rata temporis”, pela variação acumulada do INPC anual dos 12 (doze) meses anteriores à data do vencimento, até a data do respectivo pagamento.

**8.8.** Havendo retenção de pagamento por culpa da CONTRATADA, serão de sua responsabilidade os eventuais ônus dela decorrentes.

**8.9.** O SEMAE efetuará a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN e Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, quando o imposto for devido, de acordo com a legislação vigente do Município de Piracicaba.

**8.10.** Poderá o SEMAE sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da CONTRATADA relativamente à execução do contrato, recaindo sobre a mesma às penalidades previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021 e neste contrato.

**8.11.** É vedada a emissão de duplicata e a cessão de qualquer crédito decorrente do contrato e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterà necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de

## **TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024 (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

circulabilidade, eximindo-se o SEMAE, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente contrato e, em hipótese alguma, o SEMAE aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, imediatamente, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

**8.12.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68, da Lei nº 14.133/2021.

### **Forma de pagamento**

**8.13.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, por crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**8.14.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**8.15.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**8.15.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**8.16.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **9. CLÁUSULA NONA - REAJUSTE**

**9.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19/01/2024.

**9.2.** Após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-E,

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024  
(PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**9.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**9.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**9.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**9.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**9.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**9.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**9.9.** A formalização de termo aditivo, com a manutenção das demais cláusulas em vigor, sem ressalvas em relação ao reajustamento de preços, bem como o término da vigência do contrato, sem que o contratado tenha pleiteado o reajuste, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis no período.

**9.10.** O disposto no item 9.9 não impede o contratado de pleitear os reajustes futuros, se houver, respeitada a data base e periodicidade definidas nos itens 9.1 e 9.2.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA - EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**10.1.** Na hipótese de alterações econômicas fundamentais prevaletentes durante a execução do contrato, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser estabelecida nos termos da legislação que trata da matéria e demais condições previstas neste contrato.

## **TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024 (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

**10.2.** A solicitação para restabelecimento da equação econômico-financeiro do contrato deverá ser feita mediante requerimento formal acompanhado de documentos que comprovem o desequilíbrio, entregues no Protocolo do SEMAE, situado na R. XV de Novembro, nº 2.200, em Piracicaba/SP., de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos, das 08 às 16 horas.

**10.3.** A documentação será encaminhada e analisada pela Comissão, constituída para esse fim.

**10.4.** Juntamente com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo, duas planilhas detalhadas de custos: uma do tempo do requerimento e outra da época da proposta e cópias de notas fiscais dos mesmos períodos.

**10.5.** A Comissão, a qualquer tempo, poderá solicitar o fornecimento de novos documentos, entretanto caberá, à CONTRATADA, o ônus de comprovar a ocorrência do rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**10.6.** O SEMAE terá o prazo de sessenta (60) dias para se manifestar sobre o pedido, a contar do primeiro dia útil subsequente à entrega de toda a documentação prevista neste item e de outras eventualmente solicitadas pela Comissão devendo, **a CONTRATADA, continuar a cumprir suas obrigações até que o SEMAE delibere a respeito do pedido, sob pena de aplicação das penalidades previstas para inexecução do contrato.**

**10.7.** Na hipótese de deferimento total ou parcial do pedido, os cálculos deverão ser efetuados a partir da data do pleito no protocolo do SEMAE ou de outra devidamente justificada pela Comissão e ratificada pela autoridade superior.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

São obrigações do Contratante:

**11.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**11.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência;

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024  
(PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

**11.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**11.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**11.5.** Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

**11.6.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

**11.7.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**11.8.** Cientificar o gestor do contrato para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**11.9.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**11.9.1.** A Autarquia terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**11.10.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável por, no máximo, igual período, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

**11.11.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**11.12.** A Autarquia não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como

## **TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024 (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**11.13.** fornecer à CONTRATADA, os elementos básicos e instruções complementares suficientes e necessárias à sua execução;

**11.14.** fornecer as informações sobre as quantidades de cestas a serem entregues mensalmente;

**11.15.** fornecer mensalmente a relação dos servidores que possuem direito de retirada de cesta básica;

**11.16.** efetuar os pagamentos devidos em dia, de acordo com o estipulado neste contrato;

**11.17.** exercer a fiscalização do contrato, na forma prevista na Lei nº 14.133/21;

**11.18.** cumprir as demais obrigações constantes no edital e seus anexos que passam a fazer parte integrante deste instrumento como se nele estivessem transcritas.

### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**12.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

**12.2.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**12.3.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

**12.4.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024  
(PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

**12.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Autarquia ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

**12.6.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº. 14.133, de 2021.

**12.7.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro Unificado, do Portal Nacional de Contratações e/ou no Sistema de Cadastro de Fornecedores do Município, conforme disciplinado na Instrução Normativa nº. 21, de 2023, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia 05 do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**12.8.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

**12.9.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

**12.10.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024  
(PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

**12.11.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

**12.12.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

**12.13.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

**12.14.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

**12.15.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**12.16.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.17.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

**12.18.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

**12.19.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

## **TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024 (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

**12.20.** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**12.21.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**12.22.** Pleitear os reajustes cabíveis, respeitadas as regras previstas na cláusula nona deste contrato.

**12.23.** Executar o contrato de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência, no Edital e em seus Anexos.

**12.24.** Manter um posto de distribuição das cestas básicas, preferencialmente, na área central de Piracicaba, com condições de armazenamento e de fácil acesso.

**12.25.** Informar, após o período de entrega das cestas básicas, a quantidade distribuída no mês, através de comprovante de entrega, para fins de conferência.

**12.26.** Fornecer carta de crédito no valor das cestas não retiradas no mês, para abatimento da nota fiscal no mês subsequente.

**12.27.** Elaborar e confeccionar cartões em policloreto de vinila (PVC) para os servidores, a serem utilizados na distribuição das cestas.

**12.28.** Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de carga, transporte, descarga e demais custos diretos e indiretos relacionados com o cumprimento da obrigação.

**12.29.** Cumprir as demais obrigações constantes no termo de referência, no edital e seus anexos que passam a fazer parte integrante deste instrumento como se nele estivessem transcritas.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**13.1.** A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº. 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024  
(PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

**13.2.** Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato E/OU por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

**13.3.** A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

**13.4.** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 13.5 deste contrato.

**13.5.** Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

**13.6.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Autarquia, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Autarquia.

**13.7.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**13.7.1.** prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

**13.7.2.** multas moratórias e punitivas aplicadas pela Autarquia à contratada; e

**13.7.3.** obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

**13.8.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 13.7, observada a legislação que rege a matéria.

**13.9.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo respectivo Ministério.

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024  
(PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

**13.10.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**13.11.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**13.12.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**13.13.** O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**13.13.1.** O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**13.13.2.** Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

**13.14.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

**13.15.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

**13.16.** O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

**13.17.** Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº. 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido,

## **TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024 (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

**13.18.** A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto, prevista especificamente no Termo de Referência.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

**14.1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato;

**14.1.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**14.1.3.** Der causa à inexecução total do contrato;

**14.1.4.** Deixar de entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o processo e/ou execução do contrato;

**14.1.5.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

d) Deixar de apresentar amostra; ou

e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

**14.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**14.1.7.** Apresentar declaração ou documentação falsa;

**14.1.8.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**14.1.9.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024  
(PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**14.1.10.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**14.1.11.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**14.2.** Considera-se inexecução parcial, desde que o objeto ainda seja útil ao contratante:

a) o descumprimento de obrigação acessória;

b) a entrega em atraso do objeto contratado ou o retardamento da execução;

c) o descumprimento de cronograma; ou

d) a entrega parcial do objeto contratado em relação à quantidade ou às especificações e condições pré-determinadas.

**14.3.** Considera-se inexecução total:

a) o descumprimento da obrigação principal;

b) o cumprimento em atraso ou parcial da obrigação principal que a torne inconveniente ou desnecessária para a Administração;

c) a recusa injustificada do adjudicatário em assinar contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido em edital.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**15.1.1.** Advertência;

**15.1.2.** Multa;

**15.1.3.** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Piracicaba; e

**15.1.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**15.2.** Serão aplicáveis as sanções abaixo dispostas para as infrações administrativas cometidas pelo contratado:

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024  
(PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

**15.2.1. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, prevista no item 14.1.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**15.2.2. Multa**, de acordo com os seguintes percentuais:

**15.2.2.1.** moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias corridos, contados do dia subsequente ao vencimento do prazo previsto neste contrato para o cumprimento da obrigação, termo em que poderá ser considerado descumprimento total da obrigação;

**15.2.2.2.** moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato:

a) ante ao descumprimento de obrigação acessória definida nesse instrumento contratual, até o limite de 07 (sete) dias corridos, contados do dia subsequente ao vencimento do prazo previsto neste contrato para o cumprimento da obrigação, termo em que poderá ser considerado descumprimento total da obrigação;

b) ante ao descumprimento de obrigação trabalhista, previdenciária ou ambiental, até o limite de 05 (cinco) dias, contados do dia subsequente ao vencimento do prazo previsto neste contrato para a apresentação da documentação comprobatória, termo em que poderá ser considerado descumprimento total da obrigação.

**15.2.2.3.** A multa prevista no item 15.2.2.2, “a” incidirá sobre o valor da parcela, caso o contrato estabeleça o montante relativo à obrigação acessória.

**15.2.2.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste contrato.

**15.2.3.** Compensatória, nos seguintes percentuais:

**15.2.3.1.** 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

**15.2.3.2.** 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024  
(PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

- b) prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

**15.2.4. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas cláusulas 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, de acordo com a seguinte dosimetria:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

Pena – impedimento pelo período de até dois anos.

- b) der causa à inexecução total do contrato:

Pena – impedimento pelo período de até três anos.

- c) deixar de entregar a documentação exigida pela Administração contratante:

Pena – impedimento pelo período de até 6 meses.

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Pena – impedimento pelo período de até um ano.

**15.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas cláusulas 14.1.7 a 14.1.11, deste Contrato, bem como as cláusulas 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, respeitada a seguinte dosimetria:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato:

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024  
(PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até quatro anos.

b) praticar ato fraudulento na execução do contrato:

Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até cinco anos.

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação:

Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:

Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

f) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que justifique penalidade mais grave do que o impedimento de licitar:

Pena – declaração de inidoneidade pelo período de 3 a 4 anos.

g) der causa à inexecução total do contrato, que justifique penalidade mais grave do que o impedimento de licitar:

Pena – declaração de inidoneidade pelo período de 4 a 5 anos.

**15.3.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº. 14.133, de 2021, e na Instrução Normativa nº. 18, de 2023.

**15.4.** Quando da aplicação de advertência, o contratado deve ser notificado formalmente que a reiteração de conduta punida ensejará a aplicação de penalidade mais severa.

**15.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**15.6.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024  
(PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

**15.7.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**15.8.** Na aplicação da sanção de advertência e multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**15.9.** A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. Finda a instrução, o acusado poderá apresentar alegações finais em 15 (quinze) dias úteis, contados de sua intimação.

**15.10.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Autarquia.

**15.11.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**15.12.** São circunstâncias agravantes:

- a) a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;
- b) o conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;
- c) a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade; e
- d) a reincidência.

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024  
(PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

**15.13.** Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por idêntica infração anterior.

**15.14.** Não prevalece a condenação anterior, para fins de reincidência:

- a) se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido prazo superior a 5 (cinco) anos;
- b) se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

**15.15.** São circunstâncias atenuantes:

- a) a primariedade;
- b) a conduta do contratado para evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;
- c) a reparação do dano antes do julgamento; e
- d) confessar a autoria da infração.

**15.15.1.** Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

**15.16.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**15.17.** A personalidade jurídica do licitante poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o licitante, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**15.18.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida,

## **TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024 (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**15.19.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**15.20.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**16.1.** O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**16.2.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, e nos arts. 28 e 29, da Instrução Normativa nº. 18, de 2023, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**16.2.1.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**16.2.1.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**16.3.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**16.3.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**16.3.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**16.3.3.** Indenizações e multas.

**16.4.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024  
(PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

**16.5.** Este contrato poderá ser extinto:

- a) por ato unilateral e escrito desta Autarquia, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse desta Autarquia e não reste caracterizado o descumprimento contratual por culpa do contratado;
- c) determinada por decisão judicial.

**16.6.** A extinção determinada por ato unilateral do contratante e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

**16.7.** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do contratante, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) devolução da garantia;
- b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção; e
- c) pagamento do custo da desmobilização.

**16.8.** A extinção determinada por ato unilateral do contratante poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato, as seguintes consequências:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio desta Autarquia;
- b) ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) execução da garantia contratual para:
  - i. ressarcimento da contratante por prejuízos decorrentes da não execução;
  - ii. pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
  - iii. pagamento das multas devidas à contratante.

## **TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024 (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

**17.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº. 14.133, de 2021, e demais normas municipais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais dos contratos.

### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES**

**18.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº. 14.133, de 2021](#).

**18.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**18.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136, da Lei nº. 14.133, de 2021.

### **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES E DAS COMUNICAÇÕES**

**19.1.** As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do contrato serão registradas e entregues por correspondência via e-mail ou remetida aos endereços constantes no preâmbulo deste.

**19.2.** Qualquer correspondência deverá constar, no mínimo, a identificação do remetente, do número deste contrato e o assunto a ser tratado.

**19.3.** Ficam credenciados pelo SEMAE para gestão do contrato o servidor **Douglas Sarti Toledo**, Chefe do Setor de Almoxarifado, e-mail [dstoledo@semaepiracicaba.sp.gov.br](mailto:dstoledo@semaepiracicaba.sp.gov.br), telefones (19) 3403-9625 ou (19) 3403-9611 ramal 9720 e para fiscalização do contrato o servidor **Jonas Antônio Alves**, Encarregado de Serviço, e-mail: [jalves@semaepiracicaba.sp.gov.br](mailto:jalves@semaepiracicaba.sp.gov.br), telefones (19) 3403-9625 ou (19) 3403-9611 ramal 9720, para prestar toda assistência e orientação que se fizerem necessárias e que poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100006/2024  
(PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2023 - PROCESSO Nº 2023/525423)**

quais, se não forem sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades cabíveis.

**19.4.** Caberá ao gestor/fiscal indicado pelo SEMAE o acompanhamento efetivo do cumprimento dos termos do presente contrato, em observância ao disposto na Lei n.º 14.133/2021 e Instrução Normativa nº 05/2023.

**19.5.** Fica credenciado o Sr. **Reginaldo Piccin**, portador do RG sob n.º 16.885.512 e inscrito no CPF/MF sob n.º 078.782.868-84, e-mail [nutricesta@nutricesta.com](mailto:nutricesta@nutricesta.com) e [piccin@nutricesta.com](mailto:piccin@nutricesta.com), telefone (19) 3427-1444 ou (19) 99649-8453, como representante da CONTRATADA durante a execução do presente contrato a fim de garantir o cumprimento das atividades de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização, o qual responderá ainda, pelo recebimento de todos os atos e comunicações formais expedidas pelo SEMAE.

**20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO**

**20.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94, da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

**21. CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO**

**21.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Piracicaba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Piracicaba, 24 de janeiro de 2024.

**Artur Costa Santos**  
SEMAE

**Maria Lucia Guarnieri**  
CONTRATADA